

Hugo Silveira Pereira*

O Banco Popular Português do Porto

R E S U M O | *Em plena Primeira Guerra Mundial surgiu no Porto um empreendedor que pretendia formar um novo banco, um banco diferente, que deveria colmatar uma lacuna no sistema financeiro português, um banco popular. Imitando o que se fazia na Europa Central, este banco popular tinha como grande objectivo conceder crédito àqueles que normalmente não o tinham. Infelizmente, as boas intenções dos investidores esfumaram-se quando estes perceberam que aquelas não davam lucro nem podiam manter a instituição, que se tornou apenas mais uma no universo bancário português. Depois de um início prometededor, o banco entrou em dificuldades em virtude da crise por que passava o país e de maus investimentos, acabando por encerrar as suas portas ao fim de onze anos de existência.*
Palavras-chave: banca, finança, banco popular, Porto

A B S T R A C T | *In the midst of the First World War, an entrepreneur in Porto decided to create a new bank, a different bank that should fill in a void in the Portuguese financing system, a popular bank. Emulating what was being done in Central Europe this popular bank had one great objective: to lend money to those who normally couldn't afford to borrow money. Unfortunately, the good intentions of those investors went up in smoke when they realized that such good intention weren't profitable nor could they be able to keep the bank running. Quickly did this popular bank became a commercial bank like so many others that were operating in the Portuguese market at the time. After a promising start, the bank suddenly went through some hardships, due to the crisis of the 1920's and to bad investments, and eventually was shut down, after eleven years of activity.*
Keywords: banking, finance, popular bank, Porto

Introdução – Problemática e objectivo de pesquisa

O Banco Popular Português é um ilustre desconhecido no panorama da história da banca portuguesa, apesar de ter tentado ser um pioneiro em Portugal de uma espécie de instituição com forte implementação na Alemanha, Itália e um pouco por toda a Europa Central: o banco popular.

As fontes e a informação bibliográfica sobre o Banco Popular Português não são abundantes. O facto de ter sido uma instituição com pouco peso no sistema bancário nacional e com uma curta existência (subsistiu por apenas onze anos) justifica, decerto, esta situação.

Em termos bibliográficos, as obras de referência apenas contêm alusões esporádicas.

* Investigador no CITCEM – FLUP. Financiador por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/201

Não se conhecem também investigações específicas. Quanto a fontes, temos os Relatórios e Contas (para quase todos os anos da sua actividade, à guarda da Biblioteca do Banco de Portugal), cujos valores são reproduzidos na estatística oficial, os actos públicos lavrados em escritura (conservados em arquivos ou publicados nas páginas do Diário do Governo) e alusões em anuários e almanaques. Existe ainda uma caixa de correspondência entre o Banco e a casa Pinto & Companhia, sua agente em Famalicão, contudo, trata-se na sua maioria de documentação meramente contabilística e um tanto dispersa, relativa à actividade bancária normal entre sede e agentes. É possível que exista mais documentação desta natureza disseminado pelos arquivos nacionais, uma vez que, como veremos, o Banco Popular Português estabeleceu uma rede de agentes por todo o país. De resto, actas das Assembleias-Gerais ou das reuniões dos Conselhos Fiscais, livros de balanço e razão, copiadores, correspondência expedida, listagem de sócios e clientes não existem ou pelo menos desconhece-se o seu paradeiro.

Perante tal cenário, os Relatórios da Gerência publicados entre 1918 e 1928 são o melhor instrumento para se conhecer a história e evolução desta instituição, muito embora tais fontes devam ser encaradas com cuidado, dado o carácter específico desses documentos. Como instituição financeira, um banco assenta na confiança que transmite aos seus depositantes e investidores. Admitir uma situação de crise na apresentação de um Relatório e Contas é convidar os clientes a retirar o seu dinheiro dos depósitos e os investidores a procurarem outros investimentos. Além disto, nem sempre as categorias inseridas nos balanços e demonstrações de resultados que acompanham os relatórios se mantêm ao longo do tempo. Algumas desaparecem, outras mudam de designação e umas terceiras são suficientemente vagas para lançarem dúvidas sobre aquilo que verdadeiramente representam.

Com isto não se pretende dizer, todavia, que os Relatórios não sejam de todo úteis. Embora os números possam não corresponder exactamente à verdade, exprimem, pelo menos, realidades concretas, que podem ser tomadas em conta e analisadas pelos investigadores. Simplesmente há que ter em atenção todas aquelas particularidades que ficaram descritas nas linhas anteriores. Demais, além da realidade dos números, os Relatórios são também úteis a outros níveis: permitem conhecer a evolução dos órgãos sociais (identificação dos directores do banco – que como autores dos Relatórios, constavam necessariamente do documento –, dos vogais do Conselho Fiscal – que assinavam o parecer deste órgão – e dos elementos da Mesa da Assembleia-Geral), o modo como se processou cada um dos anos (principais acontecimentos na vida do banco) e também a forma como a Direcção se dirigia aos seus accionistas (relação entre uma e outros, expectativas em relação ao futuro, etc.).

Banco Popular Português – a fundação

As primeiras tentativas de fundação do Banco Popular Português datam de 1916, quando em 15 de Abril (data do decreto) Crispim Nunes da Costa consegue autorização do governo para tal empreendimento¹. Por esta altura, e já desde 1896 (lei de 3 de Abril, confirmando a lei de 12 de Julho de 1894) se impunha aos bancos que não se dedicassem a quaisquer tipos de negócios para além dos que o Código Comercial definia como próprios (câmbios, arbritrios, empréstimos, descontos, cobranças, abertura de créditos, emissão e circulação de notas ou títulos fiduciários pagáveis à vista e ao portador) a necessidade de autorização governamental para a sua fundação².

¹ *Diário do Governo* (II Série, n.º 92, Abril-Junho, 1916), 1423-1424.

² Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário Português* (Lisboa: Banco de Portugal, 2006), 203-204.

Contudo, dificuldades enfrentadas por aquele empreendedor, em face da guerra que assolava a Europa, para realizar os 500 contos previstos naquele diploma procrastinaram a constituição do Banco Popular Português para 1917, com um capital mínimo exigido de 250 contos. A 13 de Janeiro deste ano, o governo renovava a autorização concedida anteriormente³, mas só a 9 de Abril era lavrada escritura pública de constituição de sociedade anónima no 14.º Cartório Notarial do Porto, nas notas de Artur Cardoso Pinto Osório (publicada em Diário do Governo, de 24 de Abril seguinte)⁴.

O Banco Popular Português surgiu assim em 1917 (e não em 1918 como referem Nuno Valério⁵, Oliveira Marques e Fernanda Rollo⁶) por iniciativa de Crispim Nunes da Costa em seu nome e em nome de vários homens e empresas de Bragança, Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Porto – a maioria –, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Covilhã, Lisboa, Santarém, Portalegre, Beja e Faro. Logo após a sua fundação tornaram-se agentes do banco os instaladores de Braga, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Covilhã, Santarém, Lisboa e Faro. O Popular Português antecedeu assim a vaga de criação de novos bancos ocorrida no período de prosperidade económica que o mundo conheceu no pós-guerra⁷. A acreditar no primeiro Relatório e Contas do banco, todo este processo para a sua constituição foi tudo menos fácil por ter sido conduzido fora de quaisquer influências de grupos financeiros (além dos obstáculos levantados pela própria conjuntura europeia). Isto determinou que só depois de dois anos de persistentes trabalhos e de uma extenuante campanha se conseguisse obter o decreto autorizando a sua constituição.

No seu logótipo constava o escudo de armas nacional colocado sobre a Cruz de Cristo, tendo em redor a expressão “BANCO POPULAR PORTUGUEZ”.



Figura 1.
Acção do Banco Popular Português⁸

³ *Diário do Governo* (II Série, n.º 17, Janeiro-Março, 1917), 240.

⁴ Arquivo Distrital do Porto (ADP), *Cartório Notarial do Porto* (Po-14.º) (1/17/5-7), lv. 49, fl. 25v-34. *Diário do Governo* (III Série, n.º 96, Abril-Junho, 1917), 1063-1065.

⁵ Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 222.

⁶ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, “A banca. Bancos comerciais” in A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, *Nova História de Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1991), vol. 11, 273-276.

⁷ Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 222. A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa: para uma visão estrutural*. Viseu: Livros Horizonte, 1970.

⁸ Site da Associação Portuguesa de Coleccionadores de Papéis de Valor. Também disponível no Museu do Papel-Moeda da Fundação Cupertino de Miranda.

Era uma sociedade anónima de responsabilidade limitada com um capital inicial de 500 contos (passível de ser elevado a 1200 contos) dividido em 20 mil acções de 25 escudos cada. Estava sediado no Porto, na freguesia da Sé, na Rua do Loureiro, n.ºs 46 a 50, à direita da Estação de São Bento⁹. Nas glosas d'O Tripeiro¹⁰, é referido que em 11 de Junho de 1918 o banco se mudou para o prédio da Praça da Liberdade onde se localizava o Café Suíço (na esquina da actual Rua de Sampaio Bruno com a Praça de D. Pedro). Contudo, a verdade é que só em 1923 se iniciaram negociações tendo em vista a instalação definitiva do banco naquela morada. É provável que o Popular Português tenha ali criado um escritório, mas é de todo impossível que tenha abandonado a sede na Rua do Loureiro, já que em 1928 ainda lá se encontrava¹¹.

Em termos de gestão e funcionamento do banco, os accionistas constituíam-se em Assembleia-Geral, onde elegiam (uma a nove acções valiam um voto; dez a dezanove acções, dois votos; vinte, quatro votos; e assim sucessivamente) os três vogais do Conselho Fiscal (responsáveis pelo exame das contas) e os 12 membros (seis efectivos e seis suplentes) do Conselho de Administração (responsáveis por gerir e representar o banco e o seu quadro de pessoal, que chegou a ser composto por 29 elementos). Estes, depois, deveriam escolher entre si os administradores-delegados, que ficavam mais próximos do giro bancário. Ficava ainda prevista a constituição de um fundo de aposentação formado a partir de parte dos lucros anuais, antevendo-se desde logo o direito à reforma por velhice ou invalidez do fundador Crispim Nunes da Costa.

Natureza do Banco Popular Português

Desde o seu início se assumiu como um banco popular. Deste modo, a sua firma reflectia efectivamente a sua natureza. Umas décadas antes (em 1876) surgira também no Porto um banco denominado Agrícola e Industrial da Estremadura que, todavia, nada tinha em comum com os bancos agrícolas e industriais (formados com capitais das Misericórdias) criados por decretos de 1866 e 1867 pelo então ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria Andrade Corvo¹². Não era este o caso do Banco Popular Português, que intentava reproduzir em Portugal aquilo que se fazia sobretudo na Alemanha e em Itália, mas também na Áustria, na Bélgica, na Bulgária, em França, na Holanda, em Inglaterra, no Japão, na Roménia, na Rússia, na Sérvia e na Suíça. Em todos estes países os bancos populares eram instituições que se baseavam no princípio da utilidade dos seus co-associados e não do capital (que apenas servia de garantia) e que tinham como fito fornecer crédito aos pequenos produtores e aos operários que de outra forma se veriam na impossibilidade de o obter. Numa missão de âmbito mais geral, os bancos populares propunham-se intervir nas franjas da sociedade onde os bancos comerciais não tinham interesse em operar. Para tal, estes bancos recebiam e conduziam as economias populares (de pequenos comerciantes, industriais e operários, que de outro modo as aforravam em casa) para o crédito ao pequeno comércio, pequena indústria e pequena agricultura. Eram ainda caracterizados por deterem elevadas reservas (às quais destinavam importantes fatias dos lucros) e limitarem o dividendo, sendo o excesso das receitas destinado a baixar a taxa de desconto e a

⁹ Banco Popular Português, *Estatutos do Banco Popular Português* ([S.l.]: [S.n.], 1916). *Aurora Teixeira de Castro, Monografia da cidade do Porto* (Lisboa: Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial, 1926).

¹⁰ "Aconteceu há 50 anos... Diário Retrospectivo", *O Tripeiro* (VI série, ano VIII, n.º 6, Junho de 1968), 189-192.

¹¹ *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Colónias* (de 1918-1929). *Anuário do Comércio do Porto e seu distrito* (1917-1920, 1926-1928).

¹² Hugo Silveira Pereira, "Banco Agrícola e Industrial da Estremadura" in *Dicionário de História Empresarial* (no prelo). Hugo Silveira Pereira, "Um banco na Misericórdia de Viana do Castelo", *História - Revista da FLUP* (IV série, vol. 1, 2011), 171-181.

subvencionar instituições de carácter social. Davam mais valor aos depósitos a prazo, por serem mais duradouros e deste modo permitirem apoiar mais eficazmente a agricultura, cujo retorno só ocorre no longo prazo. Dedicavam-se também à gestão de depósitos económicos com juros e montantes mínimos atractivos (funcionando como caixas económicas) para evitar o desvio dos aforros para as caixas económicas do Estado e para a dívida pública. A operação activa mais importante destas instituições era o desconto de pequenas letras, simples facturas, avais, etc., sendo também frequente o redesconto e o empréstimo a descoberto. Finalmente, eram também caracterizados por operarem a nível nacional, lançando uma rede de agentes por todo o país, factor determinante no sucesso dos bancos populares. De facto, só agentes locais possuíam um conhecimento detalhado da realidade local, o que era indispensável para avaliar no momento a solvência e capacidade de repagamento de indivíduos que mais não podiam apresentar como penhor dos seus débitos do que a própria honra. Sem este instrumento fornecer crédito popular era proibitivo¹³.

Em Portugal, pela segunda década do século XX, o que mais se assemelhava aos bancos populares eram as Caixas de Crédito Agrícola e as Caixas Económicas. Crispim Nunes da Costa e seus associados pretendiam alterar essa situação. Pelos estatutos que redigiram, o banco propunha-se auxiliar os pequenos proprietários, comerciantes e agricultores e a realizar obras lucrativas mas de carácter social (bairros económicos, sindicatos, sanatórios, cooperativas e sociedades de crédito rural e urbano). Para isso, estava autorizado a realizar: empréstimos a pequenos comerciantes, industriais e agricultores, empregados públicos e comerciais, operários e artistas; empréstimos sobre penhores de mercadorias, colheitas, máquinas e instrumentos, rendimentos de propriedades e acções; e depósitos a ordem ou a prazo. Todavia, também lhe era permitido realizar todas as outras operações bancárias (à excepção de realizar contratos de risco ou de seguros, comprar ou vender por conta própria géneros comerciais e possuir imóveis além dos necessários para as suas funções, salvo no caso de liquidação de créditos), ou seja, também podia ser um banco comercial. E foi, de facto, o que acabou por acontecer¹⁴.

Transformação em banco comercial

A própria Administração admitiria que, apesar de ser um banco popular, não gozava de nenhum privilégio em virtude desse estatuto, pelo que dificilmente podia iniciar a sua vida empresarial preocupando-se apenas com obras lucrativas de carácter social. Deste modo, sem descurar o pequeno comércio e indústria, cedo investiu nas operações que granjeavam “lucro avantajado”¹⁵ e melhor remuneração aos accionistas, como compra e venda de títulos e valores, desconto de letras, transferências e empréstimos.

Não deixou, porém, de se aproximar dos seus congéneres europeus, ao estender rapidamente uma rede de agentes sobre Portugal. Importa aqui referir que por agentes se entende uma entidade que desempenhava as funções de representação do banco mas não de forma exclusiva, acumulando com outro tipo de actividades não-bancárias. Não se tratavam de filiais ou agências

¹³ Para tudo isto, cf. Tomás Cabreira, *O problema bancário português* (Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1915) e João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), *Organização bancária portuguesa* (Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1927). Ver também, para o funcionamento ao nível do associado, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, “Banco” in Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *Estudos de Economia e Finanças* (Lisboa: Guimarães Editores, 1956), 93-300.

¹⁴ Banco Popular Português, *Estatutos do Banco Popular Português* ([S.l.]: [S.n.], 1916).

¹⁵ Biblioteca do Banco de Portugal (BBP), *Relatórios e Contas, Banco Popular Português*, 1919.

bancárias como hoje as entendemos, representando exclusivamente um determinado banco. Segundo os seus directores, logo após a sua fundação, o banco foi inundado de ofertas, tendo aqueles procedido à recolha de informações sobre a seriedade de indivíduos e companhias que poderiam representar o banco ou não. A Administração pretendia fazer dos agentes, pequenos bancos como sucedia com bancos populares de outros países. Para tal necessitavam de capital abundante e de um *roulement* (giro bancário) constante entre esses agentes e a sede. Em 1918, o banco contava com 27 representantes. Em 1919, eram já 65 e em 1920, 66. No ano seguinte, esse número passa para 91, ufanando-se o banco de estar representado em todas as localidades nacionais. Em 1923 (para 1922 não encontramos exemplares do Anuário Comercial de Portugal), o número de agentes sobe para 95 (alguns deles respondendo já à filial de Lisboa) e em 1924 para 98. Em 1925, ano em que o Banco Popular Português suspendeu os pagamentos, estava representado em 107 localidades. A crise que atravessa, então, fez reduzir o número de agentes para 105 em 1926 e 93 em 1927. Em 1928, todas os agentes são suprimidos, ficando o banco apenas representado fora do Porto pela filial de Lisboa. Esta tinha sido inaugurada em Fevereiro de 1920, na esquina da Rua do Ouro, n.ºs 56 a 60 com a Rua da Conceição, n.ºs 135 e 137, na freguesia de São Nicolau, com um capital de 3 mil contos, em substituição da delegação a cargo de Lima & Fragoso. Em 1921 e 1922, compram uma página inteira no Anuário Comercial de Portugal. De 1920 a 1923 foram seus gerentes. Avelino J. Pires, Fernando Pinto Leite Homem e Jaime Henrique Ferreira de Sousa. A partir de 1924 gere a filial Mateus de Oliveira Monteiro. A partir desta data, a morada da sede deixa de figurar na Rua da Conceição. Em 1927, só aparece sedeada no número 56 da Rua Áurea. Em 1928, deixa de figurar em anúncio, mas ainda aparece na lista telefónica.

Tempos de prosperidade – história em números

O primeiro Conselho de Administração do banco (1917) era composto por Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos (presidente), Rafael Pereira dos Santos (secretário), António Augusto da Silva, António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, António Vasco Rebelo Valente e Manuel José Alves (vogais). Em 1918, Augusto da Silva e Rebelo Valente são substituídos por António Manuel da Cruz e António Maria de Carvalho. O novo elenco administrativo manter-se-ia no ano seguinte. Por esta altura, o optimismo imperava no seio do banco, em virtude dos excelentes resultados conseguidos no seu primeiro ano e meio de vida (apesar de marcado por convulsões políticas e sociais): a aceitação do público (mais de 2 mil contos de depósitos), um movimento geral perto dos 80 mil contos e um primeiro lucro de 76 contos (dividendo de 7% ou 1\$75 por acção) levaram os administradores a propor um aumento de capital. Assim, em Assembleia-Geral Extraordinária de 5 de Agosto de 1918, o Conselho de Administração foi autorizado a elevar o capital para 3 mil contos (embora os estatutos primitivos limitassem o aumento de capital a 1 200 contos).

A Direcção pretendia dar o máximo desenvolvimento aos movimentos bancários, principalmente com a província e com Lisboa, mas já com o Brasil e as colónias em mira, algo que não seria possível com o capital existente. Em 1919, este ascendia já a mil contos e no ano seguinte (desde Fevereiro) a 3 mil contos, divididos em 30 mil acções de 100 escudos cada. Em Assembleia-Geral de 7 de Outubro de 1922, aprovou-se uma alteração estatutária que permitia

¹⁶ *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Colónias* (de 1918-1929). ADP. *Casa Bancária Pinto & Companhia Lda. Correspondência do Banco Popular Português* (1918-1925) (PT/ADPRT/EMP/CBPCL/0136 e 0137).

à Direcção aumentar o capital do banco até 10 mil contos, algo que nunca viria a concretizar-se. Em Assembleia-Geral Extraordinária de Novembro de 1923, os estatutos são novamente alterados (reduzidos a escritura pública em 8 de Março de 1924) tendo em vista o alargamento do campo de acção do banco ao Brasil, ilhas e colónias. O optimismo da Administração saiu reforçado nos anos seguintes até 1925: o aumento da confiança do público (consubstanciado na quadruplicação dos valores dos depósitos e do activo se bem que estes valores estejam adulterados pela forte inflação que se fazia sentir¹⁷), o movimento em crescendo do banco (sobretudo o desconto de letras, a gestão de fundos flutuantes e a conta de devedores diversos) e os seus investimentos só auguravam excelentes perspectivas de futuro.

Figura 2. Evolução do lucro do Banco Popular Português (contos)¹⁸

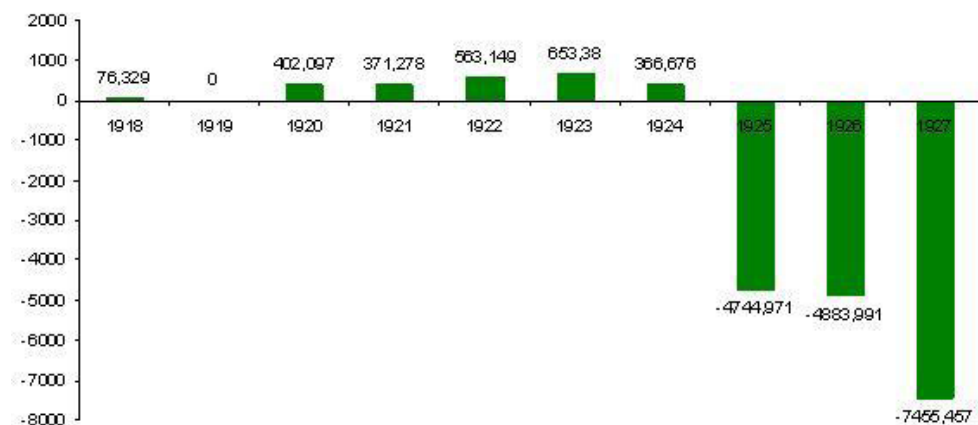


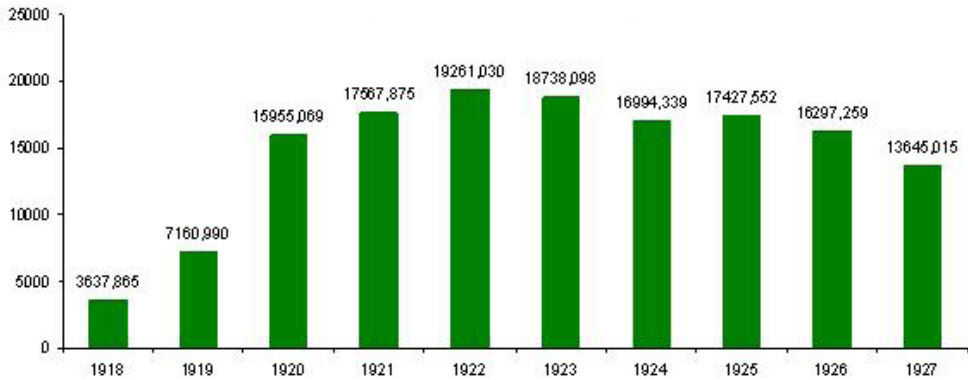
Figura 3. Depósitos no Banco Popular Português¹⁹

	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927
Depósitos à ordem	1.208.094	2.024.749	2.217.447	3.046.927	3.893.795	2.528.144	3.621.981	0	2.342.595	2.335.568
Depósitos a prazo	885.547	240.482	154.613	0	0	5.966.609	6.102.315	6.144.410	5.920.525	6.160.536
Outros depósitos	0	1.818.286	4.774.352	5.402.636	6.014.018	0	0	0	0	0
Total	2.093.641	4.083.517	7.146.412	8.449.563	9.907.813	8.494.753	9.724.296	6.144.410	8.263.120	8.496.104

¹⁷ Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 223.

¹⁸ BBP, *Relatórios e Contas*, Banco Popular Português, 1919; 1921-1928. *Situação Bancária nos anos de 1919 a 1927. Bancos, Caixas e Companhias de Crédito* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1922-1928). *Anuário Estatístico de Portugal* (1920-1929) (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925-1929).

¹⁹ BBP, *Relatórios e Contas*, Banco Popular Português, 1919; 1921-1928. *Situação Bancária nos anos de 1919 a 1927. Bancos, Caixas e Companhias de Crédito* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1922-1928). *Anuário Estatístico de Portugal* (1920-1929) (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925-1929).

Figura 4. Evolução do activo do Banco Popular Português (contos)²⁰**Figura 5.** Descrição dos principais activos do Banco Popular Português²¹

	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927
Fundos flutuantes	228.721	654.632	2.770.192	2.806.158	2.935.180	3.313.783	2.496.733	483.173	346.772	2.163.969
Total letras	630.587	677.121	2.198.514	2.463.167	4.124.734	2.929.865	1.983.622	1.062.514	618.668	505.893
Devedores	1.011.846	2.930.112	4.816.827	5.009.764	5.656.821	5.838.007	6.241.946	1.814.712	1.197.392	599.866

Nestes investimentos incluíam-se dois grandes empreendimentos. Em primeiro lugar a Sociedade de Turismo do Porto (fundada em 28 de Outubro de 1919 pelo Banco Popular Português, Banco do Minho e José Augusto Dias F.º & C.ª, com um capital de 1 260 contos e sede na Rua do Loureiro) que se propunha a explorar a indústria turística em Vila do Conde e Póvoa de Varzim, construindo casinos, casas de espectáculo, hotéis, sanatórios e balneários e financiando a construção de jardins, parques e campos de jogos²². Em segundo lugar, a casa bancária Cupertino de Miranda & Irmão, fundada em 14 de Maio de 1919, com um capital de 100 contos e sede na Rua de Sá da Bandeira, n.º 9, pelo Banco Popular Português, juntamente com o seu empregado Artur Cupertino de Miranda e o irmão deste Augusto Cupertino de Miranda (até 15 de Fevereiro de 1921, quando Artur Cupertino de Miranda se torna único sócio da instituição, antepassada do Banco Português do Atlântico)²³. Por fim, o Banco Popular Português

²⁰ BBP, *Relatórios e Contas, Banco Popular Português*, 1919; 1921-1928. *Situação Bancária nos anos de 1919 a 1927. Bancos, Caixas e Companhias de Crédito* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1922-1928). Idem, *Anuário Estatístico de Portugal (1920-1929)* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925-1929).

²¹ BBP, *Relatórios e Contas, Banco Popular Português*, 1919; 1921-1928. *Situação Bancária nos anos de 1919 a 1927. Bancos, Caixas e Companhias de Crédito* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1922-1928). Idem, *Anuário Estatístico de Portugal (1920-1929)* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925-1929).

²² "Aconteceu há 50 anos... Diário Retrospectivo", *O Tripeiro* (VI série, ano IX, n.º 10 Outubro de 1969) 317-320.

²³ Agustina Bessa-Lúis, dir., *Banco Português do Atlântico 1919-1969* (Porto: Banco Português do Atlântico, 1969). Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 223.

detinha ainda a maioria das acções da Companhia Metalúrgica do Norte (empresa que auxiliou financeiramente), sociedade na casa Justino Pinto de Oliveira & C.^a Lda., investimentos na Moagem Harmonia, Sociedade de Vidago e Pedras Salgadas e Fábrica de Tecidos Avenida, Lda. Quanto ao portefólio de acções, nele se incluíam alguns títulos de dívida dos estados português, francês, brasileiro, inglês, argentino, italiano e alemão, de companhias ferroviárias e da CUF e muitas acções de bancos, fábricas diversas, moagens, agrícolas, energéticas, transportadoras e metalúrgicas. Era o rendimento desta carteira de títulos, que, a par do desconto de letras, constituía a principal fonte de receita do banco. Em 1923 a Administração previa um rápido desenvolvimento do banco, graças à sua organização “quase modelar” recusando a necessidade de quaisquer sacrifícios ou restrições, não obstante o insucesso de alguns dos seus empreendimentos e o pouco desafogo das condições da praça. Na realidade, “êste Banco não carece de fazer sacrifícios ou restrições de qualquer espécie, pois tem elementos e recursos que lhe garantem, sob todos os pontos de vista, um rápido desenvolvimento e um êxito completo”²⁴. Longe se estava de imaginar o que aconteceria em 1925. Até este ano o banco apresentou uma taxa média de multiplicação de capitais de 611% (média da razão entre o activo total e o capital total de cada ano; indica o grau de multiplicação dos capitais investidos), um coeficiente de encaixe de 11% (média da razão entre disponibilidades e obrigações de curto prazo; indica a capacidade do banco em cobrir no imediato os depósitos dos seus clientes), uma taxa de rentabilidade de 18% (média da razão entre os lucros líquidos e o capital; indica o grau de rentabilidade do capital investido) e uma taxa de custo social de 3% (média da razão entre lucros brutos e activos totais; quanto maior o valor, maior será o custo que a comunidade terá de suportar para obter o crédito de que se serviu para a actividade económico e vice-versa)²⁵. Sem termos comparativos com outros bancos é difícil, porém, aferir se estes valores absolutos são altos ou baixos. Fica a investigação em aberto.

A Direcção do banco continuaria a sofrer alterações até 1925, desde logo pela redução do número de administradores. Do elenco de 1919, só se mantém em 1920, Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos e Rafael Pereira dos Santos a quem se junta António Maria Leite, em substituição de Manuel José Alves. Em 1921, Alberto Pinheiro Torres substitui Rafael Pereira dos Santos. Em 1922, a Direcção é remodelada por completo, saindo eleitos em 7 de Outubro Manuel Vaz de Sousa Bacelar Teles (visconde de Montalegre), Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona e António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior. No ano seguinte, a estes dois últimos juntam-se Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (conde de Azevedo), José Maria Soares Vieira e Basílio Ferreira de Macedo, elenco que se mantém em 1924 e no ano seguinte, quando o Banco Popular Português suspendeu os pagamentos (17 de Agosto)²⁶.

Dificuldades e encerramento

A suspensão de pagamentos ocorrida em Agosto de 1925 verificou-se em virtude do agravamento da situação económico-financeira da praça do Porto e do pânico que se apoderou dos depositantes do banco após igual medida ser tomada pelo Banco Comercial do Porto. Por outro lado, por esta altura, uma grande parte das acções e obrigações possuídas pelo banco não valiam

²⁴ BBP, *Relatórios e Contas, Banco Popular Português*, 1923.

²⁵ Conceitos de Jaime Reis – “Os Bancos Portugueses 1850-1913” in *Anais da Conferência Internacional de História de Empresa* (Niterói, [s.n.], 1991), 42-91.

²⁶ Além dos relatórios e contas, consultar Agustina Bessa-Luís, dir., *Banco Português do Atlântico 1919-1969* (Porto: Banco Português do Atlântico, 1969). João da Sousa Câmara, dir., Banco Totta-Alliança, 125.º Aniversário (1843-1968) ([S.l.]: [s.n.], 1968), 125. Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 223.

mais que um escudo enquanto que alguns dos seus créditos não valiam o papel que os atestava.

A Administração asseverava tratar-se de uma decisão provisória (os investimentos do banco em breve retornariam), que duraria até à reorganização da instituição, a qual se afigurava breve. Em 26 de Setembro, a Assembleia-Geral aclama a Administração, mas nomeia uma comissão de inquérito (que nunca tomaria posse) à vida do banco desde a sua fundação. Entretanto, o projecto de reestruturação continuava em elaboração. Nunca veria a luz do dia.

Em Dezembro, é anunciada a liquidação do estabelecimento (supervisionada por Belchior de Figueiredo, por parte do governo). Aos credores é proposto o pagamento repartido dos seus créditos: 60% em acções de uma futura emissão e 40% em dinheiro. Em 1927, a situação do banco mantinha-se, mantendo-se a Direcção esperançada no processo de refundação do banco (o qual nada avançara), no corte nas despesas e no retorno do resultado das empresas em que investira (embora o estado destas empresas fosse desconhecido da Direcção, como esta aliás confessava). Finalmente, a 3 de Janeiro de 1928, é homologada em tribunal a concordata entre o banco e os credores, que reduziu em 55% o passivo.

Durante a liquidação do banco registaram-se novas alterações ao nível da Direcção: em 1926, da equipa anterior só se mantinha António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior, coadjuvado por Eduardo da Mota Ribeiro (até 1927), António de Jesus Godinho e Adelino Artur Lopes Cardoso. Em 1928, o Conselho de Administração que encerrou as portas do banco era composto por: Francisco Augusto Pinto Félix, Jaime Rodolfo Novais e Silva, José Mariano de Azevedo de Figueiredo e António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior²⁷.

Notas finais

Em 1928, onze anos depois da sua fundação, o Banco Popular Português encerraria as suas portas, soçobrando perante a vaga de turbulência especulativa na população de bancos iniciada em 1918 e a crise começada em 1920-1922 e que se prolongou até 1925, incapaz de se adaptar às novas condições do mercado financeiro e à selecção natural feita por este²⁸.

Apesar da sua vontade e objectivos iniciais lavrados nos estatutos, foi uma instituição que de banco popular apenas tinha o nome, já que nunca ostentou as características daquelas instituições: não possuía reservas elevadas nem lhes destinava uma grossa fatia do seu lucro (a partir de 1919 deixou de o fazer de todo, mantendo-se o fundo de reserva em 790 contos); não limitava o dividendo (manteve-se sempre nos 10%) em benefício da moderação do juro que praticava; não servia de caixa económica; e nunca subvencionou instituições de carácter social. Só se aproximava dos bancos populares por estender uma apertada rede de agentes sobre o país e por dar uma maior importância aos depósitos a prazo (os juros de depósitos constituíram a principal despesa do banco, a par de impostos e ordenados) e ao desconto de letras, embora neste caso se enquadre melhor no conceito adiantado por Lumbrals de banco de depósito e desconto²⁹.

De facto este autor, que escreve em 1927, nem sequer considera o Banco Popular Português como um verdadeiro banco popular, colocando as Caixas Económicas como as instituições que, em Portugal, deles mais se aproximavam.

Assim, incapaz de se assumir como banco popular e incapaz de competir como banco

²⁷ BBP, Relatórios e Contas, *Banco Popular Português*. ADP. *Casa Bancária Pinto & Companhia Lda. Correspondência do Banco Popular Português (1918-1925)* (PT/ADPRT/EMP/CBPCL/0136 e 0137).

²⁸ Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 223.

²⁹ João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), *Organização bancária portuguesa*.

comercial no mercado financeiro nacional (talvez por falta de vocação dos seus gestores, embora para se saber isto se torne necessário uma análise prosopográfica, que não cabe nos limites deste artigo), o Popular Português acabou por sucumbir às adversas circunstâncias financeiras de meados da década de 1920.

Anexos

Anexo I – Lista de Direcções³⁰

ANO	Nome
1917	<i>Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos</i>
	Rafael Pereira dos Santos
	António Augusto da Silva
	António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira
	António Vasco Rebelo Valente
	Manuel José Alves
1918	<i>Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos</i>
	Rafael Pereira dos Santos
	António Manuel da Cruz
	António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira
	António Maria de Carvalho
	Manuel José Alves
1919	<i>Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos</i>
	Rafael Pereira dos Santos
	António Manuel da Cruz
	António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira
	António Maria de Carvalho
	Manuel José Alves
1920	<i>Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos</i>
	Rafael Pereira dos Santos
	António Maria Leite
1921	<i>Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos</i>
	Alberto Pinheiro Torres
	António Maria Leite
1922	Manuel Vaz de Sousa Bacelar Teles (Visconde de Montalegre)
	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
1923	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona

³⁰ *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Colónias de 1918-1929. Anuário do Comércio do Porto e seu distrito (1917-1920, 1926-1928).*

	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (Conde de Azevedo)
	Basílio Ferreira de Macedo
	José Maria Soares Vieira
1924	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (Conde de Azevedo)
	Basílio Ferreira de Macedo
	José Maria Soares Vieira
1925	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Basílio Ferreira de Macedo
	Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (Conde de Azevedo)
	José Maria Soares Vieira
1926-1927	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Eduardo da Mota Ribeiro
	António de Jesus Godinho
	Adelino Artur Lopes Cardoso
1927-1928	Francisco Augusto Pinto Félix
	Jaime Rodolfo Novais e Silva
	José Mariano de Azevedo de Figueiredo
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior

Anexo II – Lista de Conselhos Fiscais³¹

Ano	Nome
1917	<i>António Joaquim Ferreira da Silva</i>
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães

³¹ BBP, *Relatórios e Contas*, Banco Popular Português.

1918	<i>António Joaquim Ferreira da Silva</i>
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães
1919 ³²	<i>António Joaquim Ferreira da Silva</i>
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães
1920	<i>António Joaquim Ferreira da Silva</i>
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães
1921	<i>António Joaquim Ferreira da Silva</i>
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães
1922	Conselheiro António Joaquim Ferreira da Silva
	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
1923	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
	Alberto Júlio Pinto Vilela
1924	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
	Alberto Júlio Pinto Vilela
1925	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
	Alberto Júlio Pinto Vilela
1926-1927	António Manuel da Cruz
	Agostinho Ferreira de Almeida
	Júlio Genelioux
1927-1928	Alexandre Luís de Castro Ferreira Braga

³² Não encontramos o Relatório e Contas deste ano. Provavelmente mantiveram-se os mesmos vogais, já que no ano seguinte a composição do Conselho Fiscal se manteve inalterável.